



Extensão Universitária e a formação de competências para o planejamento em políticas públicas: a experiência do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN) na elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte.

University Extension and the development of skills for planning in public policies: the experience of the Observatory of Inequalities (DAPGS-UFRN) in the formulation of the 1st State Plan for Food and Nutritional Security of Rio Grande do Norte.

Extensión Universitaria y el desarrollo de habilidades para la planificación en políticas públicas: la experiencia del Observatorio de Desigualdades (DAPGS-UFRN) en la formulación del 1er Plan Estatal de Seguridad Alimentaria y Nutricional de Rio Grande do Norte.

GT09 - Agenda, formulação e Implementação de Políticas Públicas

Dr. Fábio Resende de Araújo, Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dr. Marconi Neves Macedo, Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dra. Ingrid Wilza Leal Bezerra, Departamento de Nutrição (DENUT), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dra. Lígia Rejane Siqueira Garcia, Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

RESUMO

A retomada da governança em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil em nível federal a partir de 2023, têm os governos estaduais como fundamentais na coordenação do trabalho dos municípios. Os Planos Estaduais de SAN são documentos que induzem uma gestão intersetorial da política de SAN nos territórios. O presente relato técnico tem como objetivo descrever a contribuição do projeto de extensão universitária Observatório das Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte na elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do RN. O relato foi elaborado apoiando-se nas evidências de pesquisa documental. As ações foram detalhadas em duas amplas categorias que foram: “Formação do grupo de trabalho e elaboração do diagnóstico” e “Elaboração da estratégia e validação da minuta”. O trabalho destaca como exitosa a parceria considerando os impactos formativos para os alunos e a contribuição técnica para gestão na elaboração do plano e suas etapas. O trabalho aponta recomendações para localidades que venham desenvolver parcerias semelhantes entre universidades e planejamento em SAN em nível subnacional.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Planejamento Público; Extensão Universitária

ABSTRACT

The restructuring of governance in Food and Nutritional Security (FNS) at the federal level in Brazil, starting in 2023, places state governments as fundamental in coordinating with municipalities. State FNS Plans are documents that promote intersectoral management of FNS policy in the territories. This technical report aims to describe the contribution of the university extension project "Observatory of Inequalities" at the Federal University of Rio Grande do Norte to the elaboration of the 1st State Plan for Food and Nutritional Security of Rio Grande do Norte, coordinated by the State Secretariat of Labor, Housing and Social Assistance of Rio Grande do Norte. The report was prepared based on evidence from documentary research. The actions were detailed in two broad categories: "Formation of the working group and preparation of the diagnosis" and "Development of the strategy and validation of the draft." The work highlights the partnership as successful, considering the formative impacts for the students and the technical contribution to management in the development of the plan and its stages. The report makes recommendations for localities that may develop similar partnerships between universities and food and nutrition security planning at the subnational level.

Keywords: Food and Nutritional Security; Public Planning; University Extension

RESUMEN

La reestructuración de la gobernanza en materia de Seguridad Alimentaria y Nutricional (SAN) a nivel federal en Brasil, a partir de 2023, sitúa a los gobiernos estatales como fundamentales en la coordinación con los municipios. Los Planes Estatales de SAN son documentos que promueven la gestión intersectorial de las políticas de SAN en



RELATO TÉCNICO

los territorios. Este informe técnico tiene como objetivo describir la contribución del proyecto de extensión universitaria "Observatorio de Desigualdades" de la Universidad Federal de Rio Grande do Norte a la elaboración del 1.er Plan Estatal de Seguridad Alimentaria y Nutricional de Rio Grande do Norte, coordinado por la Secretaría de Estado de Trabajo, Vivienda y Asistencia Social de Rio Grande do Norte. El informe se elaboró con base en la evidencia de una investigación documental. Las acciones se detallaron en dos grandes categorías: "Formación del grupo de trabajo y elaboración del diagnóstico" y "Desarrollo de la estrategia y validación del borrador". El trabajo destaca la colaboración como exitosa, considerando los impactos formativos para los estudiantes y la contribución técnica a la gestión en el desarrollo del plan y sus etapas. El informe formula recomendaciones para las localidades que pueden desarrollar asociaciones similares entre universidades y la planificación de la seguridad alimentaria y nutricional a nivel subnacional.

Palabras clave: Seguridad alimentaria y nutricional; Planificación pública; Extensión universitaria

1. Introdução

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) compreende a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares promotoras de saúde que sejam ambientalmente, culturalmente, economicamente e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006). Consolidou-se, nas últimas décadas, como um campo estratégico de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil, ancorado no reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e na institucionalização de arranjos intersetoriais de governança (Burlandy, 2009; Maluf & Menezes, 2009).

A promulgação da Lei nº 11.346/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), representou um marco político-administrativo fundamental ao estabelecer princípios, diretrizes e instrumentos para a articulação federativa e a participação social (Brasil, 2006). Operacionalmente, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) estruturaram referenciais normativos para orientar ações governamentais voltadas à promoção da alimentação saudável e ao enfrentamento da insegurança alimentar (Brasil, 2010; Brasil, 2011). Apesar desses avanços, o país vivenciou, na última década, um recrudescimento da fome, intensificado por crises econômicas, pandemias e descontinuidades administrativas que desestruturaram instâncias de coordenação federativa (Grisa & Schneider, 2015; Rede PENSSAN, 2022). O SISAN em 2026 completará 20 anos, atualmente apenas 38,16% (2.126) municípios aderiram ao sistema, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (2026).

No âmbito de Estados e municípios, o problema se manifesta de forma aguda, com gestores enfrentando desafios complexos decorrentes da ausência de planos atualizados, da fragmentação de dados e da carência de quadros técnicos especializados (Howlett, Ramesh, & Perl, 2013).. Sob a ótica da avaliação de políticas públicas, o problema não se restringe à insuficiência de acesso a alimentos; envolve também severos déficits de governança, baixa coordenação intersetorial e a não institucionalização de processos de planejamento baseados em evidências (Pires & Gomide, 2016). No caso específico do Rio Grande do Norte, dados recentes do Censo SISAN atestam a fragilidade dessa arquitetura de governança local: apenas 23% dos municípios do estado possuem um Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) instituído (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2025). Esse índice revela uma vulnerabilidade crítica na institucionalização da política, evidenciando que a participação e o controle social ainda são incipientes no território potiguar.

Para responder a essas lacunas de capacidade estatal e de governança e para atender à exigência de adesão ao SISAN, foi elaborado o I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte (PESAN-RN), em parceria com o Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN). O objetivo primário dessa ação é fortalecer as capacidades estatais por meio da cooperação técnico-científica entre universidade e governo, provendo apoio para a construção de um diagnóstico situacional robusto, definição de objetivos estratégicos, metas factíveis e indicadores de monitoramento. Busca-se, assim, institucionalizar o planejamento intersetorial em SAN no estado, mitigando deficiências de gestão e garantindo a sustentabilidade das políticas públicas no longo prazo.

Sob a perspectiva da avaliação, é imperativo observar que a efetividade das ações em SAN depende fortemente de um planejamento articulado entre múltiplos setores. Historicamente, políticas intersetoriais demonstraram que arranjos colaborativos são capazes de promover simultaneamente a proteção social, a educação e o fortalecimento da agricultura familiar (Sidaner, Balaban, & Burlandy, 2013). No entanto, a sustentabilidade desses arranjos no âmbito subnacional exige planos estaduais institucionalizados. O planejamento no campo da



RELATO TÉCNICO

SAN requer capacidades analítico-técnicas complexas, que envolvem desde a pactuação intersetorial até o alinhamento com instrumentos orçamentários, competências que muitas vezes não estão organicamente desenvolvidas nos quadros da burocracia estatal. A fragilidade institucional mapeada no Rio Grande do Norte reforça a urgência de estratégias de capacitação e apoio técnico contínuo.

Neste contexto, a inserção da universidade por meio do projeto de extensão Observatório das Desigualdades constitui um modelo de governança colaborativa de alto valor avaliativo. A extensão universitária atua como uma ponte que supera a lacuna entre a produção de conhecimento acadêmico e as necessidades pragmáticas da gestão pública. Esse arranjo gerou aprendizado organizacional recíproco: a administração pública estadual adquire embasamento para a formulação de políticas baseadas em evidências, enquanto a academia compreende os entraves do processo decisório. A construção participativa e técnica do I Plano Estadual de SAN atua, portanto, como um vetor de reestruturação das instâncias de coordenação, oferecendo um instrumento institucional de resistência a futuras discontinuidades administrativas.

A experiência do Rio Grande do Norte ilustra a centralidade de modelos colaborativos para o desenvolvimento de capacidades estatais. A superação dos déficits de governança no estado, materializados pela baixa cobertura atual de Comseas municipais, dependerá do sucesso na implementação e no monitoramento constante das metas propostas no Plano. Recomenda-se que as ferramentas e metodologias de planejamento participativo desenvolvidas nesta intervenção sejam sistematizadas e disseminadas, funcionando como um mecanismo indutor para que os municípios potiguares reestruturem suas próprias políticas e instâncias locais. Apenas com a solidificação de capacidades de planejamento e avaliação será possível garantir a proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada e o combate efetivo às desigualdades sociais no território. Considerando o contexto apresentado, o presente relato técnico tem como objetivo descrever a contribuição do projeto de extensão universitária Observatório das Desigualdades da Universidade Federal do Rio Grande do Norte na elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte coordenado pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do RN.

2. Planejamento Público em Segurança Alimentar e Nutricional e as possibilidades para a extensão universitária no campo de públicas

Estrutura de governança em SAN

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é fundamentada no alicerce ético e jurídico do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), o qual foi incorporado em instrumentos legais do Estado, como o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil. Dada a interdependência existente entre o DHAA e outros direitos como o acesso à terra, à saúde e à renda, a garantia da SAN exige a superação da fragmentação das ações públicas, demandando uma articulação intersetorial que integre a agenda de diferentes setores do Estado (Burity et al., 2010).

Apesar do amadurecimento institucional e do desenvolvimento de programas estratégicos nas últimas décadas, a garantia plena da SAN ainda se configura como um desafio social no Brasil. O aparato legal, embora necessário, é insuficiente se não for acompanhado de processos contínuos de planejamento, monitoramento e participação popular que enfrentem a histórica desigualdade social persistente no país (Kepple & Segall-Corrêa, 2011).

Diante deste cenário, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi criado pela Lei nº 11.346/2006, com o objetivo de priorizar a SAN como uma Política de Estado. Este sistema integra entes federados, a sociedade civil e instituições privadas com ou sem fins lucrativos, em instâncias como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Conferências e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) no planejamento de ações voltadas à garantia da SAN (Brasil, 2006).

O CONSEA é um espaço de controle social, direcionado a formulação, monitoramento e avaliação das ações de SAN e é composto por 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do governo. Já a CAISAN é uma instância colegiada que articula diferentes órgãos e entidades do governo na coordenação e execução de agendas convergentes que respondam à complexidade da insegurança alimentar, tratando-a como uma violação multidimensional de direitos (Burity et al., 2010).

Também integram o SISAN as Conferências de Segurança Alimentar e Nutricional, que são espaços de participação popular nos quais são definidas as prioridades e diretrizes da Política e Plano Nacional de SAN. A Conferência Nacional é precedida de Conferências Estaduais, Distrital e Municipais, nas quais são escolhidos os delegados para o evento nacional. As definições das prioridades são consideradas na elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), que constituem os principais instrumentos de planejamento e



RELATO TÉCNICO

gestão do SISAN. O PLANSAN é elaborado pela CAISAN e traduz as diretrizes nacionais em metas, orçamentos, prazos e responsabilidades plurianuais (Brasil, 2017).

Além de representar um compromisso político, o PLANSAN fortalece a cultura dos direitos e se torna um instrumento de exigibilidade. A partir da criação do SISAN foram elaborados os seguintes Planos: o I PLANSAN (2012-2015) teve como foco a consolidação do SISAN e a erradicação da miséria e da fome, com apoio à agricultura familiar e ao acesso universal à alimentação; o II PLANSAN (2016-2019) enfatizou a importância da intersetorialidade no enfrentamento da obesidade e na promoção de sistemas alimentares sustentáveis. O quadriênio de 2019 a 2022 foi marcado pela desestruturação do SISAN, a partir da extinção do CONSEA Nacional pela Medida Provisória nº 870/2019, no governo de Jair Bolsonaro, o que resultou na ausência de um III PLANSAN e um desmonte normativo e orçamentário na Política de SAN no país (Brasil, 2011; Brasil, 2016; Castro, 2019) .

Em 2023 a estruturação do SISAN é retomada pela criação do CONSEA, seguida pela elaboração do III PLANSAN (2024-2027), que priorizou ações direcionadas à erradicação da fome e a redução das desigualdades, a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, o fortalecimento de estratégias de abastecimento e compras públicas, o enfrentamento da má-nutrição e da obesidade, e a consolidação da governança do SISAN. Para essa consolidação se faz necessária a adesão massiva dos estados e municípios ao sistema, o estabelecimento de um planejamento subnacional que articule as diretrizes nacionais com as necessidades específicas das realidades locais, além de mecanismos para pactuação de ações relativas à Política e gestão entre Governos Federal, Distrital, Estaduais e Municipais (Brasil, 2025).

Os Planos Estaduais de SAN (PESAN) são instrumentos de pactuação política e territorialização, capaz de coordenar programas de SAN de forma contínua e articulada, mitigando a desarticulação nas esferas de governo que comprometem o enfrentamento da insegurança alimentar. No entanto, os gestores se deparam com dificuldades técnicas e administrativas que dificultam a elaboração do PESAN, como limitações orçamentárias e de recursos humanos, especialmente aqueles com experiência na elaboração de diagnósticos complexos e gestão intersetorial (Brasil, 2017).

Nesse contexto, a atuação da UFRN assume um caráter estratégico, configurando-se como um suporte técnico-pedagógico essencial para a viabilização do I PESAN-RN. Mais do que um auxílio consultivo, essa integração entre a gestão pública e a academia fundamenta-se na evolução dos marcos legais da extensão universitária no Brasil, que consolidaram a extensão como um eixo estruturante da formação superior. Essa colaboração permite que a universidade atue como mediadora na formulação de políticas, transformando a extensão em um instrumento de promoção do desenvolvimento regional, em consonância com a missão institucional da UFRN, na medida em que coloca o saber acadêmico a serviço do desenvolvimento humano e da justiça social, pilares fundamentais para o enfrentamento da insegurança alimentar.

Extensão universitária e o campo de públicas

O pacto constitucional brasileiro de 1988 estabeleceu um robusto sistema de reconhecimento de direitos sociais, dentre os quais a educação, contemplando os níveis da educação infantil, básica (níveis fundamental e médio) e superior. Disciplinando alguns aspectos específicos em todos os níveis e nas três dimensões do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho para a educação superior” (Brasil, 1988, art. 205), a Constituição vigente estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988, art. 207, caput).

Esse modelo que contempla de modo conjunto as três dimensões rompe em definitivo com a tradição da humboldtiano e napoleônico na educação superior (Marcon & Alves, 2022), agregando à formação profissional tanto as perspectivas do indivíduo quanto do cidadão e, consequentemente, qualificando o perfil profissional resultado do processo formativo por viabilizar que o egresso compreenda o seu papel como indivíduo, em face da sua visão de mundo, e como cidadão, em face da sua visão política. São essas visões que, aliadas à capacidade técnica, têm o potencial de promover transformações em busca da melhoria social coletiva porque permitem que o profissional não apenas seja dirigido, mas que se torne protagonista da sua própria trajetória e da trajetória dos grupos que integra em prol do efetivo desenvolvimento.

É esse novo modelo que tem o potencial de viabilizar a transição de cada profissional de um papel operacional para um papel estratégico, permitindo o incremento da capacidade intelectual aplicada ao atendimento das necessidades e dos anseios da sociedade. Então, alicerçado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tem no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão uma diretriz que não apenas assegura a autonomia acadêmica, mas impõe um compromisso social às Instituições de Ensino Superior (IES).



RELATO TÉCNICO

Sob uma perspectiva crítica, essa indissociabilidade visa superar a "torre de marfim" acadêmica, garantindo que o conhecimento não seja um fim em si mesmo, mas um instrumento de transformação da realidade brasileira.

Como serviço público que é, embora aberto à atuação regulada da iniciativa privada, o sistema educacional como um todo, nele incluída a educação superior, tem o seu principal normativo regulamentar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que atua como seu disciplinador de modo alinhado a esse modelo, reiterando a extensão como uma finalidade essencial para a difusão cultural e científica (Brasil, 1996, art. 43, VII): “A educação superior tem por finalidade: (...) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.”

Para instrumentalizar, dentre outros elementos, a articulação dessas três categorias de ações acadêmicas, a LDB vigente estabelece a competência da União para, conjuntamente com os Estados, Distrito Federal e Municípios elaborar o Plano Nacional de Educação (Brasil, 1996, art. 9º, I), estipulando um prazo de um ano para que seja encaminhado por ela ao Congresso Nacional, para apreciação e votação, a sua primeira minuta. Concluído o processo legislativo, vigeu entre 2001 e 2011 o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), sendo sucedido pelo segundo, que teve a sua vigência iniciada em 2014 e estendida até o ano de 2025. Neste, a extensão ganhou uma proeminência significativa em face – além do seu uso estratégico como ferramenta inclusiva, de atuação regionalizada de universidades e de intercâmbio de experiências de referenciamento social – da sua Meta 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, 2014).

Conhecida como curricularização da extensão, essa meta foi responsável por gerar intensos debates sobre como efetivar uma aproximação mais intensa entre todos os cursos de graduação das universidades e as suas comunidades locais e regionais, em especial. Além disso, diante da ausência de indicações mais precisas, o debate oportunizou uma longa discussão sobre as estratégias, as táticas e as soluções operacionais para o atingimento dessa meta que, embora pudesse parecer trivial em um primeiro momento, exigiu avanços relevantes na compreensão do conceito de extensão e, especialmente, sobre como vencer as severas limitações orçamentárias vivenciadas por essas organizações com inovações impulsionadas pela criatividade diante do desafio estabelecido pelo PNE.

Atento a essa necessidade de alinhamento para o cumprimento da meta, diante das milhares organizações atuantes na educação superior em meados da década de 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio de sua Câmara de Educação Superior (CES), emitiu a Resolução nº 007/2018, que “estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências”.

Contemplando essencialmente conceito, diretrizes, princípios, avaliação e registro das ações de extensão, a resolução aprofunda o conceito de extensão para “intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias” (Brasil, 2018, art. 7º). Além disso, atrela a extensão diretamente à matriz curricular dos cursos, ressaltando a sua valorização por meio da vivência no processo formativo de modo a resultar na formação cidadã dos estudantes (Brasil, 2018, art. 5º, II).

Em uma perspectiva mais pragmática, a Resolução estabelece, ainda, exigências relativas a extensão para os Planos de Desenvolvimento Institucional das universidades, relativas a estratégias de creditação curricular e participação de estudantes, e para os Projetos Pedagógicos dos seus cursos, atinentes à valorização das atividades de extensão e à sua incorporação expressa na matriz curricular com créditos atribuídos após a sua avaliação (Brasil, 2018, arts. 13, IV, e 14).

Fica consolidado, então, o entendimento da função retributiva da extensão expressa no retorno das universidades ao investimento social que lhes financia e à sociedade que abriga os propósitos a que se destinam, evidenciando o seu papel de política pública estratégica na efetivação do desenvolvimento social, seja na escala de territórios, grupos ou indivíduos. Não é demais salientar que as universidades são os elementos nucleares de uma rede profundamente articulada de relações sociais que materializa conhecimento, infraestrutura e competências e, assim, caracteriza um verdadeiro patrimônio nacional.

Diferente de uma visão assistencialista, a norma preconiza uma relação recíproca na qual o saber popular e o acadêmico se retroalimentam para gerar inovações. Assim, assegura que a responsabilidade social seja uma competência transversal na formação de qualquer estudante, e não apenas um interesse fortuito, como há bastante tempo proposto (Klaumann e Tatsch, 2008).

No cenário específico da Administração Pública, o “Campo de Públicas” consolida-se como um espaço multidisciplinar que transcende a visão tecnocrática da gestão em busca de uma concepção tecnopolítica. Enquanto internacionalmente a área oscila entre a administração técnica (*Public Administration*) e a análise de políticas



RELATO TÉCNICO

(*Public Policy*), o Campo de Públicas no Brasil integra essas dimensões sob uma ótica republicana e democrática, focada no interesse público.

Para este campo, a extensão universitária não é apenas um complemento, mas uma oportunidade de coprodução e inovação social. Através da extensão, a universidade atua como parceira do Estado e da sociedade civil na geração de valor público, compartilhando metodologias que aprimoram a ação governamental e a participação social (Pires, Vainer & Fonseca, 2012; Pires, et al, 2014).

No caso específico dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública, as suas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), estabelecidas na Resolução n.º 001/2014-CES/CNE (Brasil, 2014), reforçam essa perspectiva ao preconizar uma proposta formativa que destaque a relação ético-social do egresso. A atividade extensionista, portanto, torna-se o laboratório onde o acadêmico confronta a teoria com a complexidade dos problemas públicos reais, buscando contribuir para a geração de valor público por meio da coprodução e da inovação no percurso do seu processo formativo.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública operacionaliza essa visão ao integrar a extensão de forma sistêmica, preparando os estudantes para uma atuação profissional que seja simultaneamente técnica e socialmente referenciada, contribuindo para o desenvolvimento local e regional por meio de uma formação na qual o direcionamento e a atuação da energia formativa é, também e principalmente, voltada para a solução de questões relevantes para a sociedade, comprovada, entre outras iniciativas, na relatada por meio deste trabalho (UFRN, 2021).

3. Metodologia

O presente trabalho tem sua metodologia ancorada no relato técnico, compreendendo este como uma pesquisa de natureza qualitativa. Para este relato a pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental. As fontes de dados utilizadas foram:

- Texto do Projeto de extensão da UFRN e seus relatórios de execução “PJ502-2025 Observatório das Desigualdades (DAPGS/UFRN) - Renovação: Apoiando Estratégias para Fortalecimento das Ações Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no RN” e seus relatórios de execução. (UFRN, 2025a)
- Texto dos cadastros dos eventos da UFRN e seus relatórios de execução. “EV437-2025 Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN” e “EV589-2025 2º Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN – EDIÇÃO VIRTUAL” (UFRN, 2025b; UFRN, 2025c)
- Materiais de planejamento, formulários dos eventos e slides de orientação e apresentação parcial da comissão especial do I PESAN-RN.
- Versão disponibilizado pela SETHAS-RN do I PESAN-RN na consulta pública (SETHAS, 2025)
- Divulgações realizadas nos perfis do Instagram da SETHAS, do Observatório das Desigualdades e sites institucionais da SETHAS e da UFRN.

Foi realizada análise de conteúdo dos documentos listados, agrupando os resultados em duas categorias principais “Formação do grupo de trabalho e elaboração do diagnóstico” e “Elaboração da estratégia e validação da minuta” que na medida que são apresentadas, segue majoritariamente uma ordem cronológica das ações desenvolvidas, apesar de algumas atividades terem acontecido paralelamente. Foram criados dois esquemas objetivando os principais pontos das categorias.

4. Resultados e Discussão

Relato da experiência: Fase 1 – Elaboração do diagnóstico: articulação da parceria, capacitação do grupo, formação dos GT e escuta com a população

O projeto Observatório das Desigualdades é um projeto de extensão do Departamento de Administração Pública e Gestão Social (DAPGS) da UFRN, que teve sua primeira edição em 2020. Ao longo dos anos o projeto vem sendo renovado por diferentes professores do departamento nas funções de coordenadores e colaboradores. Em 2024 o projeto iniciou uma parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHA-RN), no âmbito do apoio técnico do planejamento dos municípios no Sistema Único de



RELATO TÉCNICO

Assistência Social (SUAS). A SETHAS que também coordena a Política de Segurança Alimentar e Nutricional no RN e preside a Caisan-RN, renovou a parceria para o ano de 2025, desta vez com foco na elaboração do I PESAN.

Após a formalização da parceria com carta de apoio, o projeto de extensão foi submetido e aprovado nas instâncias da UFRN, tendo o início das suas atividades em março de 2025. Foram integrados à ação alunos e alunas como bolsista e voluntários(as) dos cursos de graduação em Administração Pública, Administração, Ciências Sociais e Serviço Social. O grupo também foi composto por alunos dos programas de pós-graduação da UFRN das áreas de Administração e Demografia. O projeto contou com 4 professores da UFRN, sendo 2 docentes na coordenação do projeto do DAPGS, do curso de Administração Pública. Atuaram também como colaboradores, 1 docente do Departamento de Nutrição (DNUT) e 1 docente da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), ambas professoras dos cursos de Nutrição da instituição.

Para realização dos trabalhos a SETHAS, quanto presidente da Caisan-RN, designou por meio de uma portaria uma comissão especial para elaboração do I PESAN, sendo a UFRN, na representação da equipe docente e discente do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN), designada como convidada. A comissão especial contou com a titularidade da Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Inovação (SETHAS/COEPI) e a suplência da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (SETHAS/COSAN). Foram também membros integrante dessa comissão especial profissionais graduados na atuação como pesquisadores-bolsistas em projetos na área de SAN da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN) vinculados à Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional (COSAN/SETHAS). Parte desses profissionais também eram estudantes de pós-graduação da UFRN em nível de mestrado e doutorado. Ao todo a comissão contou com 25 pessoas.

Com vistas a desenvolver as atividades da elaboração do I PESAN, a equipe passou a se reunir 2 vezes por semana, um turno na SETHAS e outro na UFRN. As reuniões, além de organização da rotina do trabalho, também foram espaços de capacitação sobre planejamento em SAN. Os gestores e pesquisadores da SETHAS apresentaram nas primeiras reuniões os trabalhos relacionados ao I PESAN que já estavam em andamento, principalmente quanto ao levantamento de informações junto às secretarias que compõem a Caisan, tabulações de dados do SISVAN e análises de outros planos estaduais de SAN. Nas reuniões os participantes do projeto de extensão em um primeiro momento estudaram e apresentaram documentos e produções acadêmicas que seriam úteis para embasar a redação do documento. Como capacitação externa, parte da comissão foi a sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que teve instrução sobre as bases de dados do IBGE que possuem dados sobre SAN em diferentes níveis de desagregação (nacional, regional, estadual e municipal).

Como método de trabalho da comissão, foram instituídos canais de comunicação via aplicativo de mensagem. Foi também criado um painel de atividades no aplicativo Trello. Uma pasta compartilhada no Google Drive foi o espaço virtual para armazenamento dos dados, documentos, planejamentos e das versões parciais dos textos das seções do I PESAN-RN. Foram compostos para elaboração da versão preliminar do diagnóstico de SAN do RN, Grupos de Trabalhos (GTs) com bases de dados específicas. Os grupos tinham entre 2 e 3 pessoas. Os GTs foram divididos considerando a formação e atuação dos profissionais e alunos, e a aproximação destes com as sub temáticas. A divisão dos GTs seguiu a divisão de temas e dados.

- GT 1 - Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde
 - Dados de Estudos Nacionais com dados de Saúde e Nutrição (IBGE): PeNSE, PNS, POF,
 - Dados da Triage para Risco de Insegurança Alimentar - TRIA (CGAN-MS)
- GT 2 - Perfil socioeconômico, povos e comunidades tradicionais, antropometria e consumo alimentar
 - Dados de Estado Nutricional e consumo alimentar (SISVAN-MS)
 - Dados socioeconômicos das plataformas do SUAS (MDS) - VISDATA e RI Social,
 - Dados do diagnóstico de povos e comunidades tradicionais da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (SEMJDH-RN)
- GT 3- Perfil demográfico, produção agrícola e pecuária
 - Dados do Censo Demográfico 2022 via Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE)
 - Relatório de Pesquisa sobre aquisições de carnes locais da agricultura familiar (LabNutrir DNUT-UFRN)



RELATO TÉCNICO

- Dados da pesquisa Produção Agrícola Municipal - PAM via Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE)
- Dados da Pesquisa da Pecuária Municipal- PPM via Sistema IBGE de Recuperação Automática (IBGE)
- GT 4 - Gestão estadual das políticas de SAN - dados CAISAN-RN
 - Dados primários coletados pela CAISAN-RN/SETHAS-RN para elaboração do plano junto às secretárias envolvidas
- GT 5 - Gestão estadual da política de SAN - dados secundários
 - Dados de política públicas de SAN do estado por meio de dados secundários (Sites institucionais, dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE e do Relatórios de Informação Social do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS) para o Portfólio de ações de SAN
 - Levantamento de legislações locais sobre SAN
 - Análise do Plano Plurianual (PAA) quanto às metas pactuadas com temáticas relativas à SAN
- GT 6 - Controle social
 - Dados do Diagnóstico Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional - DTSAN - dados socioeconômicos (CONSEA-RN)
 - Relatório da VI Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte de 2023. (CONSEA-RN, 2024)

Com o desenvolvimento do diagnóstico, a comissão se reuniu com a presidência do CONSEA-RN para apresentar o trabalho em andamento. Também houve participação dos professores coordenadores da UFRN e da coordenação da COEPI em reunião do CONSEA-RN para apresentação dos trabalhos parciais. A participação do conselho nesta etapa foi importante na medida que foram recomendados ajustes e fornecido apoio para as etapas seguintes.

Como forma de envolver a sociedade na elaboração do PESAN, foi organizado pela comissão em maio de 2025 o evento presencial “Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN”, sediado na UFRN, Campus Central em Natal-RN. O evento teve como objetivo promover um espaço de escuta de atores sociais, especialistas, gestores, representantes de grupos e comunidades tradicionais, entre outros, com vistas a qualificar o diagnóstico de SAN e validar a estrutura pretendida para a estratégia do plano. As inscrições gratuitas foram realizadas na plataforma de inscrições de eventos de extensão da UFRN, o Sigeventos, onde também foram gerados os certificados. A divulgação ocorreu pelos canais de comunicação da SETHAS, do Observatório das Desigualdades, do CONSEA-RN e da UFRN. Um dos materiais da divulgação do evento consta na figura 01.

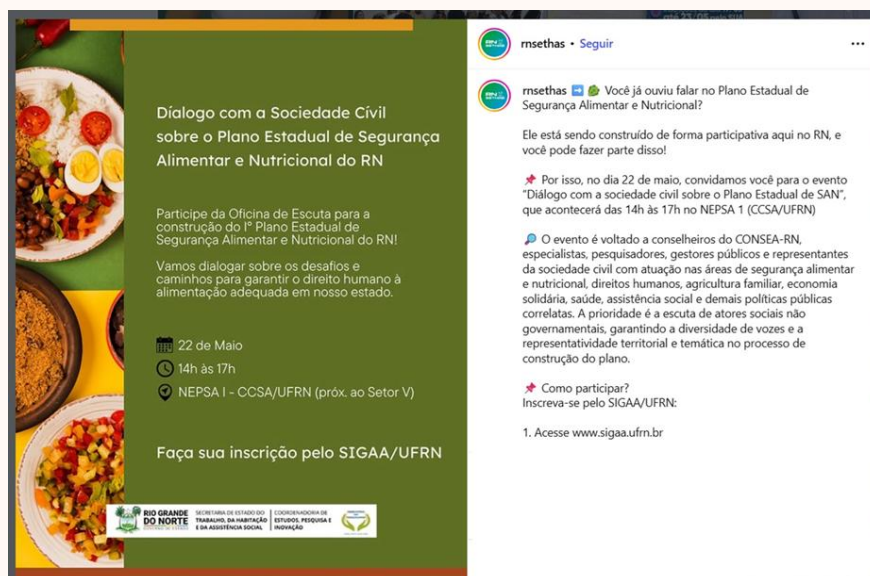
Figura 01. Divulgação do evento de escuta do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN, sediado pela UFRN.



EBAP

Encontro Brasileiro de Administração Pública
XIII EBAP, Junho de 2026, Brasília-DF, Brasil

RELATO TÉCNICO



Fonte: Perfil do Instagram da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do RN (SETHA-RN), 2025.

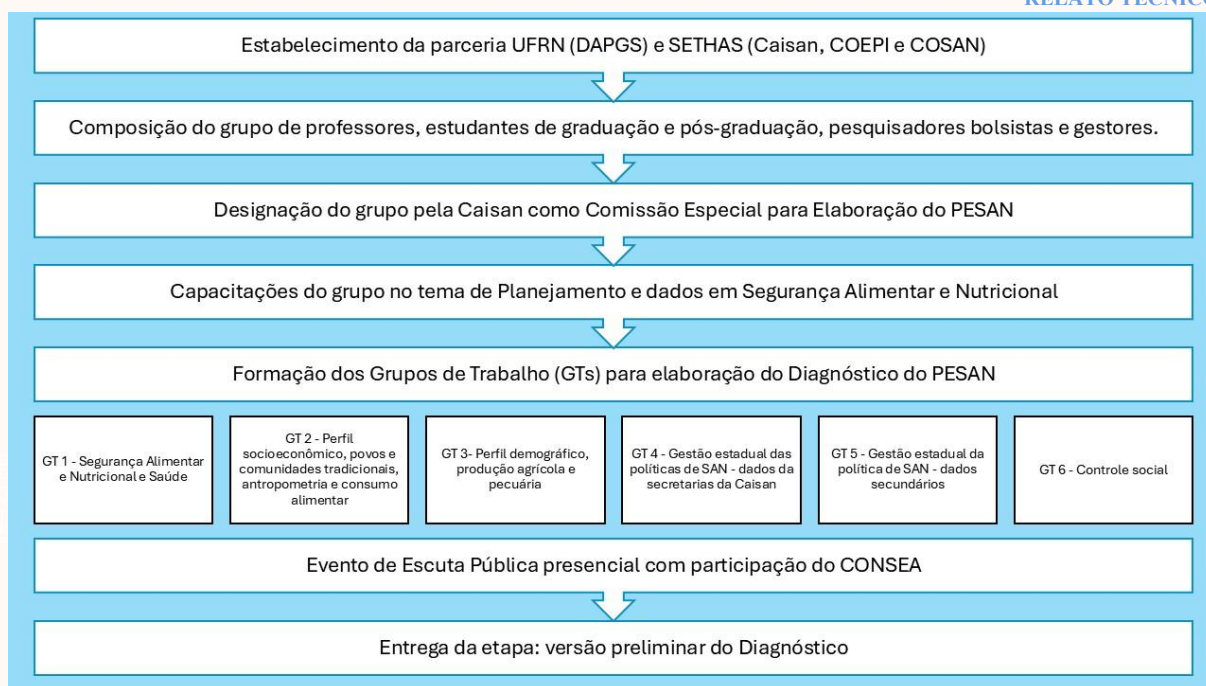
A programação do evento contou com uma apresentação da Comissão Especial e do trabalho em andamento. O espaço também foi oportuno para os GTs consolidarem seus trabalhos, estes realizaram apresentações de dados nos bancos de dados e documentos que estavam explorando. Uma plenária de debates foi realizada após a apresentação dos GTs. Um questionário virtual, via Google Forms, foi disponibilizado aos participantes por meio de QR-code na programação do evento para captação de sugestões na elaboração do plano. O momento de participação social também foi formativo sobre a temática para interessados no tema e estudantes. Sobre a adesão, além da equipe organizadora, o evento contou com 30 pessoas. A etapa foi exitosa, uma vez que possibilitou o controle social na elaboração do planejamento público e deu transparência ao processo em curso.

A produção dos GTs foi reunida em um compilado, sendo os dados organizados em 5 seções: Nossa gente; SAN no nosso RN; Nossa produção e abastecimento de alimentos; O que conquistamos e Como lutamos por SAN. A versão do diagnóstico elaborada ativamente pelos estudantes e profissionais foi revisada pela equipe docente, emitindo correções e realizando ajustes. Nesta etapa parte dos dados foram organizados em planilhas por municípios e pelos Territórios de Cidadania do RN (regulamentos pelo Decreto Legislativo nº 6.339/2008), para posteriormente serem sintetizados em mapas produzidos pelo software QGIS Versão 3.34. As demais imagens do documento foram geradas pelo Google Sheets, Canva e Microsoft Excel. (SETHAS, 2025). A versão preliminar do diagnóstico foi apresentada à Caisan-RN na SETHAS, após o evento com a população na UFRN. A síntese desta primeira fase do projeto consta na figura 1.

Figura 02. Etapas da Formação do grupo de trabalho e elaboração do diagnóstico do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte



RELATO TÉCNICO



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2026.

Relato de experiência: Fase 2 – Elaboração da estratégia e validação da minuta: articulação com as secretarias envolvidas, CONSEA, escuta com a população, e consulta pública

Na medida que o texto do diagnóstico de SAN no RN foi sendo aperfeiçoado, foram sendo conformados 11 macroproblemas da situação de SAN no RN. Paralelamente a comissão começou encontros específicos com a finalidade de sistematizar as proposições do relatório da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que ocorreu no em outubro de 2023 e foi publicado em 2024. (Rio Grande do Norte, 2024) As proposições eram, na medida do possível considerando sua redação, convertida em entregas e indicadores. O diagnóstico sinalizou 11 macroproblemas e esse problemas foram agrupados nos 3 eixos centrais baseados nos eixos do relatório da conferência de SAN do RN, que segundo a SETHAS (2025) são Eixo 1 - Determinantes estruturais de Segurança Alimentar e Nutricional; Eixo 2 - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, abastecimento e políticas públicas. e Eixo 3 - Democracia, participação social, monitoramento e transparência. A estratégia do PESAN-RN foi estruturada de forma semelhante ao III Plansan, em Eixos, Anúncios, Iniciativas, Entregas, Indicadores e Metas.

Essa análise do relatório ocorreu em período simultâneo com reuniões específicas da comissão com representantes das secretarias que compõem a Caisan-RN com finalidade de orientar o formato das iniciativas e entregas de cada secretaria para elaboração da seção da estratégia do PESAN. Nas reuniões, a comissão sugeriu o formato de planilhas com fins a padronizar o documento. Nesta etapa também ocorreu em julho de 2025 uma reunião de parte da comissão com representantes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) que estiveram na coordenação da elaboração do III Plansan, com finalidade de compartilhar o andamento do trabalho e conhecer estratégias usadas no terceiro plano nacional.

No mês de junho de 2025, foi realizado o 2º evento de escuta da população, desta vez o formato foi remoto, via Google Meet, visando o alcance de participantes fora da cidade de Natal-RN. As inscrições também foram realizadas pela plataforma de eventos de extensão da UFRN, o SigEventos. A divulgação também foi realizada com materiais produzidos pela comissão nas redes sociais do Observatório das Desigualdades, da UFRN, da SETHAS, e do Consea. O “2º Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN – Edição Virtual” certificou 40 pessoas como participantes. O encontro foi marcado por

RELATO TÉCNICO

representações de diversas localidades do estado. A sequência de momentos foi priorizando a participação dos conectados. A programação, assim como a escuta presencial, também disponibilizou um formulário virtual no Google Forms para captação de sugestões.

No início de julho de 2025, a comissão especial consolidou a minuta do I PESAN-RN (2025-2027) e o encaminhando aos membros da Caisan-RN. A minuta apresentou o plano em uma estrutura com as seguintes partes: Apresentação, Metodologia do trabalho, Introdução, Diagnóstico de SAN no RN em seus eixos (Nossa gente; SAN no nosso RN; Nossa produção e abastecimento de alimentos; O que conquistamos e Como lutamos por SAN) e um portfólio de ações de SAN do Governo do Estado do RN em anexo. Como documento complementar do plano foi entregue uma minuta de iniciativas e entregas para I PESAN-RN. O documento foi pauta de reunião de validação da minuta pela Caisan-RN também em julho de 2025, onde a comissão apresentou a proposta antes da discussão. Na sequência a minuta também foi validada em reunião do Consea-RN com disponibilização prévia do documento e presença da comissão. No final de julho de 2025, o documento foi disponibilizado em consulta pública, que foi divulgada pela SETHAS, conforme figura 03.

Figura 03. Divulgação da Consulta Pública do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN (I PESAN-RN) realizada pela SETHAS-RN.



Fonte: Perfil do Instagram da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do RN (SETHA-RN), 2025.

A figura 4 sintetiza as etapas de elaboração da estratégia e validação da minuta do I PESAN-RN. O plano passou então para a etapa de diagramação pela SETHAS.

Figura 4. Etapas da Elaboração da estratégia e validação da minuta do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN.



RELATO TÉCNICO



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa, 2026.

Como consolidação dos trabalhos, a comissão do I PESAN-RN se reuniu na UFRN ao fim da entrega e validação das minutas nas instâncias da CAISAN-RN e CONSEA-RN para avaliar o trabalho desenvolvido. O projeto no segundo semestre direcionou esforços em cursos de extensão para capacitação de gestores municipais em indicadores e sistemas de dados públicos da área de SAN.

Recomendações

A experiência da parceria do Observatório das Desigualdades (DAPGS-UFRN) com a SETHAS-RN demonstrou como a articulação promovida pela extensão universitária possibilita a formação dos estudantes um cenário prático e imersivo. Destaca-se que a entrega da minuta do plano em um curto espaço de tempo, só foi possível com uma equipe maior e interdisciplinar. Como recomendações para experiências similares consideramos:

- A maior inserção da academia nos governos apoiando a elaboração de planejamentos em SAN além de governos estaduais, como o caso descrito, também em governos municipais. O SISAN demanda que todos os entes que façam adesão ao sistema a elaboração de um plano, e principalmente os entes subnacionais encontram dificuldades nessa formulação, monitoramento e atualização;
- Quanto ao trabalho desenvolvido, é fundamental a presença de grupos interdisciplinares devido a natureza do planejamento público em SAN, em especial por ser uma política essencialmente intersetorial. O grupo deve ser organizado em grupos de trabalhos com entregas bem definidas, principalmente na etapa do diagnóstico que envolve dados de muitas áreas e fontes.

Considerando o que foi limitante na nossa experiência entendemos a necessidade de planejar previamente:

- Maiores recursos de apoio a alunos e alunas bolsistas, com finalidade de maior carga horária destinada à atividade, tendo em vista sua complexidade;
- Inserção de alunos, professores e profissionais da área de comunicação e design, pois a dimensão de comunicação da elaboração de um plano é fundamental no contato com a sociedade e na formulação do documento;
- Inserção de alunos, professores e profissionais da área de tecnologia da informação, pois um dos desdobramentos do plano trata-se do monitoramento e é fundamental que os indicadores possam ser acompanhados em ferramentas que automatizam esse processo.

Conclusão



RELATO TÉCNICO

A experiência relatada aponta para uma interlocução importante entre extensão universitária, planejamento público e SAN. Percebe-se que o projeto de extensão possibilitou uma expansão de equipe para SETHAS, ao mesmo tempo que viabilizou para os estudantes um espaço de aprendizado ativo. A política de SAN tem no seu planejamento dificuldades adicionais pois não se limita a uma secretária ou programa, e sim a um conjunto de secretárias, políticas, programas e ações que materializam o DHAA nos territórios. O caráter intersetorial das ações de SAN eleva a complexidade de se realizar seus planejamentos, pois estas são difusas setorialmente ao mesmo tempo que complementar.

Nas diferentes etapas do planejamento, a equipe envolvida teve a possibilidade de compreender processos fundamentais do funcionamento de uma política pública na prática. No diagnóstico, competências diversas foram demandadas, principalmente aquelas ligadas ao manejo de indicadores e banco de dados. Na elaboração da estratégia, o grupo pode compreender a relação do planejamento com o controle social por meio da interação com o CONSEA-RN e com os eventos de escuta com a sociedade. O grupo de estudantes teve oportunidade de compreender o processo de planejamento público de uma política pública, que é comum à outras políticas sociais como saúde, educação, assistência social entre outros. Destaca-se a relevância da extensão universitária como espaço privilegiado para formar competências na medida que impactos sociais são gerados também no nível estratégico de gestão das políticas públicas.

Referências

- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Brasil. (1996). *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Brasil. (2006). *Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Presidência da República.
- Brasil. (2006). *Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006: Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN*. Presidência da República.
- Brasil. (2014). *Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2011). *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2025). *III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2025-2027)*. MDS; Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. (2016). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANASAN 2016-2019*. MDSA; Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2010). *Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. MDS.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: PLANASAN 2012-2015*. MDS; Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. (2017). *Orienta Plansan: Curso de orientações para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais de segurança alimentar e nutricional*. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Burity, V., Franceschini, T., Valente, F., Recine, E., Leão, M., & Carvalho, M. F. (2010). *Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional*. ABRANDH.
- Burlandy, L. (2009). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: Estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(3), 851–860. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000300020>
- Castro, I. R. R. de. (2019). A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(2), e00009919..
- Conselho Nacional de Educação. (2014). *Resolução CNE/CES n.º 1, de 13 de janeiro de 2014*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública.
- Conselho Nacional de Educação. (2018). *Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- Grisa, C., & Schneider, S. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Editora da UFRGS.
- Howlett, M., Ramesh, M., & Perl, A. (2013). *Studying public policy: Policy cycles and policy subsystems* (3rd ed.). Oxford University Press.



RELATO TÉCNICO

- Klaumann, A. P., & Tatsch, A. L.. (2023). A Extensão Universitária como um caminho para a Inovação Social: análises a partir da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira De Inovação*, 22, e023006. <https://doi.org/10.20396/rbi.v22i00.8669995>
- Kepple, A. W., & Segall-Corrêa, A. M. (2011). Conceituação e mensuração da segurança alimentar e nutricional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1), 187-199.
- Maluf, R., & Menezes, F. (2009). *Caderno de segurança alimentar*. FASE.
- Marcon, M., & Alves, T. W. (2022). Modelos instituidores do ensino superior brasileiro alemão e francês: Uma revisão crítica da literatura sob a ótica da empregabilidade. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 27(1), 27-48. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772022000100003>
- Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (2025). *Censo SISAN: Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Análise dos dados e informações do Suplemento de Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE), de 2024*. Governo Federal.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2026). Vis Data 3 Beta. *Municípios com adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN)*. Brasília. <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>
- Pires, R., & Gomide, A. (2016). *Capacidades estatais e políticas públicas: Passado, presente e futuro da ação governamental para o desenvolvimento*. IPEA.
- Pires, V., Midlej e Silva, S. A., Fonseca, S. A., Vendramini, P., & Coelho, F. S. (2014). Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, 6(3), 110–126. Recuperado de <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/b273fb7f-4769-496e-ad79-79d08d955a1b/content>
- Pires, V., Vainer, C., & Fonseca, S. A. (2012). *Uma definição do “Campo de Públicas”*. <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/defincampodepc3babblicas.pdf>
- Rede PENSSAN. (2022). *II inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil*. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Rio Grande do Norte. (2024). *Relatório final da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte*. Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. Natal-RN. Disponível em <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/SETHAS/DOC/DOC000000000355003.PDF>
- Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social. (2025) *I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Rio Grande do Norte - Versão Consulta Pública*. Natal-RN. Disponível em <https://drive.google.com/drive/folders/1e-FYnwRgLT1rtSKhhmmhU8aoOGzkDC8f>
- Sidaner, E., Balaban, D., & Burlandy, L. (2013). The Brazilian school feeding programme: An example of an integrated programme in support of food and nutrition security. *Public Health Nutrition*, 16(6), 989–994. <https://doi.org/10.1017/S1368980012005101>
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2021). *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Administração Pública (Bacharelado)*. Natal, RN.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2025a). *Projeto Observatório das Desigualdades (DAPGS/UFRN) - Renovação: Apoiando Estratégias para Fortalecimento das Ações Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no RN” e seus relatórios de execução*. Projeto de Extensão. Natal RN.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2025b). *Evento Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN*. Relatório de Evento de extensão. Natal-RN.
- Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (2025c). *Evento 2º Diálogo com a sociedade civil sobre o Plano de Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do RN – Edição Virtual*. Relatório de Evento de extensão. Natal-RN.
- Wu, X., Ramesh, M., Howlett, M., & Fritzen, S. (2015). *The public policy primer: Managing the policy process* (2nd ed.). Routledge.